

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.749 - RJ (2018/0240632-6)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
EMBARGANTE : ZELIA PONTES
ADVOGADO : PRISCILA PONTES DA COSTA CAVALCANTE - RJ175275
EMBARGADO : COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE
ADVOGADOS : JAYME SOARES DA ROCHA FILHO - RJ081852
LEONARDO BRUNO BRIZZANTE CUPELLO - RJ100439
MIRELA TAVARES RIBEIRO - RJ104110

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos por ZELIA PONTES, à decisão de minha lavra, que parcial provimento ao Recurso Especial interposto pela CEDAE, para restabelecer a sentença.

Sustenta a parte embargante a ocorrência de contradição na decisão ora embargada (fls. 580/583e).

O recurso, todavia, não merece ser conhecido.

No exame do recurso, verifica-se, de plano, a intempestividade dos Embargos Declaratórios. Isso porque a decisão, objeto destes Embargos de Declaração, foi disponibilizada, em 27/11/2018, no Diário de Justiça eletrônico, considerando-se publicada em 28/11/2018 (fl. 577e).

O presente recurso, no entanto, somente foi interposto, intempestivamente, em 06/12/2018 (fl. 580e). De fato, como o prazo para oposição de Embargos de Declaração é de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da decisão, o embargante teria até o dia 05/12/2018 para opor o recurso, conforme certidão de fl. 584e.

Descumprido, portanto, o prazo de cinco dias úteis, previsto nos arts. 1.023, **caput**, c/c 219, **caput**, do CPC/2015 e 263 do RISTJ, para a oposição dos Embargos de Declaração, inviável a análise dos argumentos recursais, uma vez que não preenchido um dos requisitos extrínsecos de sua admissibilidade.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE.

1. São intempestivos os embargos declaratórios opostos fora do prazo legal, como previsto nos arts. 1.023, **caput**, c/c 219, **caput**, do NCPC.
2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl nos EDcl nos EREsp 1.405.959/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 31/08/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. INTEMPESTIVIDADE.

1. Não se conhecem dos embargos de declaração interpostos além do prazo legal de cinco dias úteis, fixado pelo art. 1.023 do CPC.
2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgRg no RMS 44.989/MS, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 29/11/2016).

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

1. Não se conhece do recurso protocolado após o encerramento do prazo estabelecido na legislação processual civil, considerado o prazo em dobro e a contagem em dias úteis (CPC/2015, arts. 183, 219 e 1.023).
2. Embargos de declaração não conhecidos" (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1.514.140/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe 14/10/2016).

Ante o exposto, **não conheço** dos Embargos de Declaração.

I.

Brasília (DF), 06 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora